

## INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 3842 / 2019	14/02/2019	2019/300.10.005/187	Contratação Pública

**ASSUNTO:** Escolha e início de procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

**Contratação:** Aquisição de Serviços de Som, Luz e Vídeo para os Concertos no âmbito da Quinzena da Juventude

**Código CPV:** 98390000-3 Outros serviços, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

**Tipo de Procedimento** – Ajuste Direto Regime Geral, valor contratual < € 20.000,00

### I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com a informação registo n.º 2386 de 31/01/2018, com origem no serviço de Juventude, que é parte integrante deste processo e sobre a qual foi exarado Despacho do Vice-Presidente, relativo à concordância com a necessidade da aquisição, verifica-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação que tem como objeto a aquisição de Serviços de Som, Luz e Vídeo para os Concertos no âmbito da Quinzena da Juventude.

Para a contratação em causa, propõe-se o prazo de execução de 1 dia.

### II – Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, define-se como preço base para este procedimento o montante de **€ 5.290,00 (cinco mil duzentos e noventa euros)**, acrescido de Iva à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como fundamentação a consulta preliminar efetuada nos termos do disposto no art.º 35.º - A do CCP, conforme documento anexo ao registo n.º 2386 de 31/01/2019, o qual é parte integrante do processo de contratação, sendo este um mecanismo destinado apenas ao planeamento e preparação do procedimento.

Nos termos do disposto no art.º 473.º do CCP, os valores apresentados não incluem o imposto sobre o valor acrescentado – IVA à taxa de 23%.

### **III - Enquadramento Orçamental**

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/020220 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2019, conforme documento anexo – Requisição Interna n.º 177/2019 relativa ao cabimento prévio n.º 1490 datado de 07/02/2019.

### **IV – Fundamentação para a escolha do procedimento**

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 20.000,00, propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto (consulta a uma entidade), previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

### **V – Decisão de Contratar e decisão de autorização da despesa**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Considerando o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP e atendendo ao valor previsto para o contrato de prestação de serviços em causa, solicita-se, ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 31/10/2018, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto;
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorize o envio de convite à apresentação de proposta à empresa **Décibel, Sistemas Profissionais Período: 2018 - 2019**  
**Fornecedor: de Som e Luz, Lda - NIF 502894210**, considerando que a escolha desta empresa não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do referido artigo.

(adjudicações mediante ajuste direto € 6.790,00 (seis mil setecentos e noventa euros))

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

- c) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento respetivamente o convite à apresentação de proposta e caderno de encargos, conforme documentos em anexo;

## **VI – Nomeação do gestor do contrato**

Considerando o previsto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, poderá proceder-se à dispensa do júri, pelo que se sugere que a Assistente Técnica, Marta Prata do serviço de Juventude, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada. Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se também a sua nomeação como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

## **VII – Nomeação do gestor do procedimento**

Atento o disposto no art.º 55.º Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto – Lei n.º 4/2015, 07.01 e n.º 4 do art.º 3.º da Lei 73/2014, 13.05, sugere-se que seja nomeada como gestora do procedimento a Assistente Técnica, Sandra Garcia, do Serviço de Contratação Pública, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação processual, ficando autorizada a efetuar o carregamento dos documentos inerentes ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública, assinando-os com recurso a assinatura eletrónica.

## **VIII - Prazo para apresentação de proposta**

Propõe-se que seja dado um prazo de 9 dias para apresentação de proposta, considerando este um prazo razoável para a sua elaboração.

## **IX – Contrato Escrito**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, dado tratar-se de uma aquisição de valor inferior a € 10.000,00, está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

## **X - Outras Exigências Legais**

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Considerando que o valor a contratar é superior ao valor contratado em 2018, atendendo a que a necessidade de contratar foi prévia e devidamente fundamentada pelo serviço competente, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 63.º da Lei n.º 71/2018, de 31.12 – LOE 2019, deverá o Sr. Vice-Presidente autorizar a dispensa do disposto no n.º 1 do referido artigo.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)

---